



**ACÓRDÃO Nº846/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11727/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Flavio Azevedo de Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4474/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado – FMT/HVD. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Flávio Azevedo de Lima**, Diretor-Administrativo Financeiro e Ordenador de Despesas da **Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT/HVD)**, no curso do exercício 2017;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Flávio Azevedo de Lima**, Diretor-Administrativo Financeiro e Ordenador de Despesas no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que tange a despesas sem licitação e sem cobertura contratual, em infringência aos arts. 2º, 54 e 60 da Lei nº 8.666/93 (restrições dos itens 10.1 e 10.4 do Relatório Conclusivo nº 28/2019-DICAÍ), que deverá ser recolhida no prazo de 60 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



**ACÓRDÃO Nº846/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Determinar que a Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT/HVD):**

**10.3.1.** Seja diligente quanto aos prazos dos seus processos licitatórios. (item 2 do Relatório Conclusivo 28/2019-DICAI);

**10.3.2.** Nos Termos Aditivos sobre prorrogação de prazo sejam assinados dentro do prazo de vigência do anterior, conforme regra estabelecida na Lei nº 8.666/93 (item 3.a do Relatório Conclusivo 28/2019-DICAI);

**10.3.3.** Realize licitação o mais breve possível para que não haja continuidade da desconformidade com a lei, embora exista a necessidade do serviço com a FUNDAÇÃO PAULO FEITOSA (item 10.a.2 do Relatório Conclusivo 28/2019-DICAI);

**10.4. Determinar** que a Comissão de Inspeção observe nas inspeções in loco dos exercícios subsequentes, a reincidência do Órgão de Origem nas restrições aqui detectadas e que a Comissão de Inspeção verifique os termos de prorrogação do contrato das empresas DIAGNOCEL e RCA e exija a pesquisa de mercado, uma vez que se trata de prestação de serviços similares executados de forma contínua, nos termos do art. 30, §2º da IN –SLTI Nº 02/2008 (item 3.c do Relatório Conclusivo 28/2019-DICAI).

**11- Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Setembro de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral